



-----ATA nº03/2025-----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1-Ponto prévio antes da ordem do dia; -----
- 2-Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2024 e apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação (alínea 1) do nº2, do artigo 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro; -----
- 3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2025; -----
- 4-Apreciação, discussão e eventual autorização para realização de Obras por Administração Direta; -----
- 5-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do nº2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----
- 6-Outros assuntos de interesse para o Município; -----
- 7-Período de intervenção do público nos termos do Regimento; -
- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão procedendo à conferência dos membros, verificando-se a falta dos membros, Ivo Renato Diogo de Campos Patrício, João Miguel Isaías da Silva e Carlos Alberto Silva Gonçalves. -----
- Estes membros justificaram a sua ausência e solicitaram a respetiva substituição, em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal, tendo assim estado presentes, os membros, Virgílio dos Santos Boletto Vieira, Inês Raquel Figueiredo Mateus Alves e Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto, em substituição dos

membros em falta.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal propôs que fosse feito um minuto de silêncio pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco, pelo homem que, na sua opinião, era unanimemente reconhecido, principalmente, e neste dia também era importante recordar isso, como um grande humanista, um grande defensor dos direitos humanos e uma pessoa que irá também deixar muitas saudades, não só aos portugueses, mas a todo o mundo, tendo sido unanimemente aprovado por todos, seguindo-se o minuto de silêncio.-

---- Em seguida foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal, ficando disponível para eventual consulta.--

---- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação as Atas da sessão ordinária realizada em 07/02/2025 e da sessão extraordinária realizada em 21/03/2025, previamente remetidas a todos os membros, tendo sido aprovadas por maioria, com abstenção dos membros, que não estiveram presentes nas respetivas Sessões.--

----**1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:**-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão tendo proposto o início desta com as intervenções alusivas às comemorações do quinquagésimo primeiro aniversário da revolução do 25 de Abril de 1974. Assim, interveio pela bancada da Coligação "Novo Rumo" o membro Luis Coutinho, discurso esse que aqui é dado como transcrito e anexo á presente Ata.-----

---- Após esta leitura, o Presidente da Assembleia Municipal comentou que, num ano em que se estava a viver duas eleições democráticas que só eram possíveis por causa do 25 de Abril, esquecer determinados factos e vir aqui denegrir a imagem de um político de uma forma baixa, não fazia sentido esquecer os factos e vir aqui falar em "Maseratis".-----



----O membro Luis Coutinho respondeu que com certeza que não fazia sentido e percebia que possa ter sido mal entendido, mas não era a intenção. A intenção era absolutamente o contrário, era mostrar que o problema não é ter "Mercedes" ou "Maseratis" ou aquilo que fosse nem ter carreiras de sucesso, era isso que tinha que ficar claro. Não queriam populismos e, portanto, o que queriam era acabar com os pobres e não com os ricos, ao contrário do que dizia um certo senhor a seguir a Abril. Não era piada nenhuma para ninguém, era pegar nesse exemplo, e a ideia era exatamente ao contrário do que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal parece ter entendido. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal retorquiu que provavelmente teria sido o único que não percebera, mas, na atualidade, fazia sua uma frase de Francisco Sá Carneiro, que era uma pessoa que gostava de ler, onde ele dizia, a dado passo, mais ou menos isto, "*Um governo não deve fazer da instabilidade a sua maneira de estar*" e não lhe dizia mais do que isto, esperando que o tivesse entendido. -----

----Em seguida, pela bancada do Partido Socialista, interveio o membro Ricardo Morgado, seguindo-se as intervenções do Presidente da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente da Câmara Municipal, discursos esses que aqui são dados como transcrito e anexos á presente Ata. -----

----O membro Ricardo Morgado, solicitou a entrada neste ponto de uma Moção da bancada do Partido Socialista, com o título "*Encerramento da Central Nuclear de Almaraz*" que após votação foi aprovada por unanimidade a sua entrada, tendo em seguida, este membro lido o documento, que aqui se dá por transcrito e anexa à presente Ata e após a sua leitura, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

---- O membro Cristina Marques, solicitou a entrada neste ponto de uma Moção de Louvor ao Município de Vila Velha de Ródão, elaborada pela bancada do Partido Socialista, que após votação foi aprovada por unanimidade a sua entrada, tendo em seguida, este membro lido o documento, que aqui se dá por transcrito e anexa à presente Ata e após a sua leitura, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

---- No seguimento da elaboração de uma carta sobre a tomada de posição da Assembleia Municipal sobre as culturas Intensivas no nosso concelho, para enviar á DRAPCentro e elaborada pelos membros Ricardo Morgado e Luis Coutinho, o primeiro procedeu á leitura da mesma, que aqui se dá por transcrita e anexa à presente Ata. Após a sua leitura foi este documento aprovado por unanimidade, tendo o Presidente deste Órgão informado que esta carta iria ser remetida para a DRAPC, com conhecimento a outras entidades, deixando uma palavra de agradecimento aos membros Ricardo Morgado e Luis Coutinho pela elaboração da mesma.-----

---- 2-Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2024 e apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação (alínea 1) do n°2, do artigo 25°, da Lei n°75/2013, de 12 de setembro;-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por elogiar os técnicos da Autarquia pela forma como organizaram o documento e como o apresentaram, referindo em seguida evolução da receita e despesa relativamente aos anos de 2023 e 2024, acompanhando assim os valores descritos no documento.-----

---- O membro Maria José Sobreira começou por cumprimentar todos os presentes, deixando também uma palavra de agradecimento aos funcionários da Câmara Municipal pela clareza com que sempre nos



apresentaram estes documentos. No seguimento das explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre todas as receitas, disse que realmente eram receitas superiores ao ano anterior, mas tendo as receitas correntes e de capital aumentado significativamente. Esse acréscimo verificou-se essencialmente nas receitas de capital com um aumento de 136% (cento e trinta e seis por cento). As receitas correntes apenas tiveram um acréscimo de 5,55% (cinco virgula cinquenta e cinco por cento). Este aumento foi por via das transferências da administração central, tendo as receitas próprias do Município (impostos) sofrido uma diminuição significativa pela cobrança da receita da derrama, mas também não havia muito a fazer, era aquilo que era, não podíamos mexer nos resultados das empresas e tinha, em parte, a ver com isso. As despesas, contrariando a tendência do ultimo ano, diminuíram 4,33% (quatro virgula trinta e três por cento), essa redução deu-se essencialmente nas despesas de capital, tendo as despesas correntes aumentado devido ao acréscimo das despesas com pessoal. Salientou as altas taxas de execução, tanto na receita como na despesa, bem como a grande preocupação em relação aos fornecedores, sendo este um município quase sem dívida, com obra feita e com grandes projetos, referindo alguns. -----

----Finalizou agradecendo ao Executivo pela gestão financeira rigorosa que sempre manteve ao longo dos seus mandatos. -----

----O membro Paulo Roberto começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que discordava um pouco daquilo que o membro Maria José, dissera relativamente à questão da derrama, porque, efetivamente, não era uma pequena diferença, era cerca de 25% (vinte e cinco por cento) ou mais, relativamente aos impostos diretos do ano anterior, o que era estranho porque se estava numa

perspetiva e numa evolução económica, não se estava em recessão, mas obviamente que não tinha a ver com o Município, diretamente, indiretamente tinha a ver com o funcionamento das empresas, mas isto podia ser preocupante, porque se numa altura de expansão económica, alguma das empresas, que não se sabia concretamente, se foram todas ou se foi alguma delas, que teve quebra de atividade, se houver uma recessão que pode acontecer, poderá ser preocupante ao nível das receitas em termos de impostos para o município, porque esta quebra refletiu-se em cerca de 5% (cinco por cento) relativamente às receitas correntes do município, o que faria com que o resultado passasse dos oitenta mil euros para cerca de quinhentos mil euros. Comentou também o facto de que, e considerando que a fixação das famílias, a ação social, era um dos pontos que o Executivo pôs como principais e inclusivamente realçados pelo louvor que foi aprovado anteriormente, era de estranhar o facto de que as despesas das transferências correntes foram as únicas que no ano de 2024 decresceram, e decresceram em cerca de 15% (quinze por cento), e essencialmente relativo à passagem de valores para as famílias, conforme era referido no relatório. Do mesmo modo, também se verificava que, quer no Plano Plurianual de Investimentos, quer no Plano de Atividades Municipais, as funções sociais eram aquelas que apresentavam o menor grau de execução.-----

---- Finalizou dando os parabéns aos funcionários da Câmara pelo excelente relatório que apresentaram.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondendo ao membro Paulo Roberto disse que, relativamente há derrama, não se podia fazer nada porque tinha muito a ver com as dinâmicas das empresas, com os investimentos que faziam e com o conjunto de situações que a



Câmara Municipal não tinha qualquer interferência. -----
----Em relação aos apoios às famílias, discordava da opinião deste membro, porque se havia um ano em que se apoiaram as famílias em Vila Velha de Ródão, e que se apoiaram de uma forma significativa, foi exatamente este ano de 2025. No seguimento das reuniões extraordinárias da câmara e assembleia municipais que de facto, tiveram muito a ver com o apoio às famílias, pois estava-se a falar de um projeto de quatro milhões de euros, que era o projeto de habitação na Avenida da Serra, com a construção de vinte e seis casas, para arrendamento acessível. Um investimento que nunca se fez em Vila Velha de Ródão e que não havia nenhum dessa dimensão na comunidade intermunicipal na qual estamos inseridos. Portanto, era o município que mais tem apoiado as famílias e isso foi reconhecido pelo galardão que esta Autarquia recebera. -----
----Referiu também um conjunto de políticas sociais em que fomos pioneiros, desde o pagamento da creche ao pagamento dos manuais escoados, em 2013 e os apoios às rendas. Assim, se havia um município que se tem destacado pela sua ação em prol do apoio às famílias, era Vila Velha de Ródão e com investimentos muito significativos, nomeadamente, como o já referido, em que vamos permitir que vinte e seis famílias tenham acesso à habitação condigna, através da renda acessível e aproveitando aqui o que eram as oportunidades de financiamento. Deu também como exemplo os investimentos feitos com os capitais próprios da Câmara Municipal, dizendo que foi concluído o ano passado duas habitações de T3 na rua de Santo António, em Vila Velha de Ródão, para serem inseridas nestes apoios às famílias através das rendas acessíveis. Foi adquirida uma casa no Fratel, que já estava a ser reabilitada num investimento de trezentos mil euros, também para o apoio às

famílias, bem como o Solar dos Faias, também no Fratel, também, para o apoio às famílias. Assim, não conhecia, e sinceramente gostava que lhe indicasse um município que tenha feito mais do que Vila Velha de Rodão, nesta área.-----

---- O membro Ricardo Morgado, em referência á intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e olhando um bocadinho para os números, e para os relatórios de gestão, e sendo aqui a última prestação de contas do atual Executivo, só podia dizer que, realmente, e já com a Doutora Maria do Carmo, e vindo aqui um bocadinho atrás, vamos assentar em eixos estratégicos e olhar aquilo que era o nosso Concelho no passado. Um Concelho como o nosso tem que ter pessoas, e se se tiver isso em atenção, o que é que este Executivo, o Partido Socialista, desde estes anos todos, tentou fazer aqui? Criar condições para que as empresas se estabelecessem.-----

---- Hoje, claro que sim, que todos os trâmites legais que existem, na fixação, no estabelecimento das empresas, eram muito importantes e ainda bem que as coisas eram mais escrutinadas. Todos nós recordaremos que as questões ambientais aqui sempre foram sensíveis. Este Executivo nunca se escondeu, sempre esteve presente, sempre houve diálogo, sempre lutámos aqui e pugnámos para que tivéssemos as melhores condições de vida possível para quem cá está. Condições de emprego, havendo emprego, depois é preciso haver habitação, e hoje, e este Executivo em particular, criou muitas condições para que as pessoas se estabelecessem aqui em Vila Velha de Rodão. Tivemos aqui uma Assembleia Municipal extraordinária, com um ponto supersensível, com uma ginástica financeira tremenda, para que, como o Senhor Presidente acabou de dizer, tivéssemos mais habitação a custos controlados. Portanto, era um problema, as



pessoas têm emprego, precisam de habitação. -----

----Depois da habitação, vindo as famílias, temos o campo da educação e se havia ponto aqui unanime com este Executivo era a questão da escola. O agrupamento de escolas é muitíssimo importante, iríamos ter um dos maiores investimentos de sempre na escola e a partir daí, temos todas as gestões de bem-estar. Desporto, cultura, a parte ambiental, turismo e nisso, nós não podemos pôr uma borracha naquilo que cá está, mas podemos valorizar, e sempre vendo o copo meio cheio, podemos sempre valorizar as nossas condições naturais, e é isso que temos realmente que conseguir captar e que seja motivo da atratividade. E isso sempre foi feito aqui. -----

----Virarmo-nos para a questão da natureza, para a questão do rio, temos um património natural sobejamente elogiado por todo o país e a nível internacional, com diversos prémios. Temos condições tremendas para continuarmos neste caminho, com uma atratividade a nível da nossa hotelaria, da nossa restauração, do nosso bem-estar. A questão que eu deixo aqui, e realmente deixar, tanto em ano de eleições autárquicas, eu julgo que no próximo mandato há desafios muito grandes, como todos já percebemos, em carteira, nomeadamente. a questão da Rua da Estrada, a questão do agrupamento de escolas e mais uma urbanização que vai arrancar. Referiu, todo o trabalho que o Partido Socialista tem feito, este ano em particular, do Presidente Luis Pereira, depois no aumento da fixação das pessoas e que as pessoas realmente queiram aqui ficar, e depois, como era óbvio, cá estaremos no próximo ano, assim esperemos, para fazer aqui novo balanço e novo ponto de situação de tudo o que ficará aqui em carteira. -----

----Terminou com uma palavra de agradecimento, estando aqui em fim

de ciclo, ao Presidente Luis Pereira, por toda a clareza que sempre apresentou aqui, os serviços, a sua equipa, muito obrigado.-----

---- Não havendo mais intervenções e após votação, o Relatório de Gestão e os documentos de Prestação de Contas de 2024, presentes à Assembleia Municipal realizada em 25/04/2025 e nos termos da alínea 1) do n.º2, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, foram apreciados e votados por maioria, com 16 (dezasseis) votos a favor e 3 (três) votos de abstenção dos membros Luís Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Júlia Cristina Marchão Ceia e Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto.-----

---- Nesta mesma sessão foi também apreciado o Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2025;**-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que esta alteração modificativa decorre da necessidade de incluir uma receita referente ao apoio que a NAVIGATOR vai dar ao município para a construção da rotunda que vamos fazer naquele acesso às indústrias, que é um valor de cento e setenta mil euros, bem como o ajustamento em várias obras tendo em a atenção os ciclos económicos e a necessidade de ajustar aquilo que será o decorrer dessas obras e aquilo que foram as propostas apresentadas, ou aquilo que também são as expectativas que se venha a ver depois em termos de execução, de forma a que em 2025, 2026, portanto, estejamos em condições depois de avançar com as obras do ponto de vista administrativo.-----

---- Não havendo mais intervenções e após votação, Foi aprovada por maioria, com 16 (dezasseis) votos a favor e 3 (três) votos de



abstenção dos membros Luís Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Júlia Cristina Marchão Ceia e Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 3.ª alteração orçamental modificativa, para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constante dos mapas anexos, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, da Norma de Contabilidade Pública n.º 26 e do disposto no ponto 8.3.1.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro. -----

----A referida alteração modificativa contempla, os seguintes valores: -----

-----A 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita Efetiva, no valor de 515.000,00€ (quinhentos e quinze mil euros); -----

-----A 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa Efetiva de Capital, para o ano 2025, com um reforço no valor de 918.000,00€ (novecentos e dezoito mil euros) e uma diminuição no valor de 403.000,00€ (quatrocentos e três mil euros); para o ano 2026 o valor de reforço é de 685.500,00€ (seiscentos e oitenta e cinco mil e quinhentos euros) e a diminuição é de 655.500,00€ (seiscentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos euros); para os anos 2027, 2028 e 2029 o valor em alteração é de 500,00€ (quinhentos euros), respetivamente. -----

----Foi ainda deliberado, por maioria, com 16 (dezasseis) votos a favor e 3 (três) votos de abstenção dos membros Luís Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Júlia Cristina Marchão Ceia e Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto, nos termos da alínea c) do n.º 1 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro-LCPA, aprovar a devida autorização

para assunção de compromissos plurianuais resultante dos projetos/ação que preveem acréscimos de dotação em anos seguintes.-

---- Esta deliberação foi tomada em conformidade com o deliberado na Reunião da Câmara Municipal realizada em 17/04/2025.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **4-Apreciação, discussão e eventual autorização para realização de Obras por Administração Direta;**-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que tina a ver com aquilo que também era habitual com as limitações aos valores daquilo que podia ser feito através da administração direta. Como sabiam, também o município tem feito essa opção, porque de facto dispõe de técnicos, de recursos e de trabalhadores que podiam fazer alguns trabalhos por essa via, e dessa forma também conseguimos realizar obras que de outra forma não seriam possíveis. Portanto, aquilo que se pedia era uma autorização para, dentro desses limites, a Autarquia poder executar essas obras e que eram importantes para o município, isto sem, obviamente, fugir daquilo que eram as regras da contratação pública, porque não era isso que estava em causa.-----

---- O membro Paulo Roberto e apesar do Senhor Presidente já ter praticamente respondido, questionou se a Câmara Municipal tinha capacidade, em termos de mão de obra humana, para fazer as obras ou seria necessário contratar mais pessoas para isso.-----

---- Ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que, em boa verdade, a nossa capacidade e os nossos recursos humanos eram cada vez mais difíceis e eram cada vez mais diminutos, mas temos feito um grande esforço nesse sentido. Por exemplo, na Rua da Estrada, isso foi notório, mas tem-se conseguido e também estava convencido que com o decorrer dos anos e com a saída de alguns



trabalhadores qualificados, isso iria ser cada vez mais difícil, porque havia uma enorme dificuldade em recrutar assistentes operacionais, pessoas qualificadas ao nível da mão de obra necessários para este tipo de trabalho. As próprias empresas tinham essa dificuldade e olhava-se para as empresas e percebia a origem dessa mão de obra que utilizam nas obras. Obviamente que os municípios tinham muito mais dificuldade nesse recrutamento, portanto, isso iria ser cada vez mais difícil para a Câmara Municipal para este tipo de intervenção. -----

----Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, a autorização para a realização de obras por administração direta nas obras de Requalificação Urbanística da Rua da Estrada, em Vila Velha de Ródão e do Centro Operacional Municipal de Proteção Civil de Vila Velha de Ródão, até ao limite de € 300.000,00 (trezentos mil euros), em cada uma das referidas obras, em cumprimento do n.º 2 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual e em conformidade com a proposta de deliberação aprovada na reunião do Executivo realizada em 07/03/2025, que se anexa aos documentos presentes nesta sessão. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----**5- Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;** -----

----Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma Informação escrita evidenciando no nº1, a situação financeira, reportada à data de 16 (dezasseis) de abril, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 3.070.768,35€ (três milhões, setenta mil, setecentos e sessenta e oito euros e trinta e cinco cêntimos),

dos pagamentos efetuados de 1.848.102,01€ (um milhão, oitocentos e quarenta e oito mil, cento e dois euros e um cêntimo) e do saldo reportado a 16/04/2025 de 4.264.181,66€ (quatro milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, cento e oitenta e um euros e sessenta e seis cêntimos), bem como as faturas por pagar a fornecedores no valor de 196.252,68€ (cento e noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e dois euros e sessenta e oito cêntimos).-----

---- No nº2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais, bem como a informação sobre os recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes.-----

---- O membro Ricardo Morgado e segundo o lera nos documentos, questionou se a obra da Rua da Estrada já estava adjudicada e sendo esta uma obra tremendamente importante e, por tudo aquilo que já aqui foi falado, dos transtornos causados, qual era o ponto de situação, nomeadamente, para quando o arranque das obras, neste caso por empreitada.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu nota que fora feito um concurso público para a adjudicação da obra e na fase de avaliação das propostas, foi colocada uma questão pela empresa que ficou em segundo lugar, em termos de valor. Ou seja, as propostas e aquilo que estava previsto no concurso era a entrega em função do valor mais baixo apresentado. A empresa que se posicionou em segundo lugar levantou uma questão relativamente ao cronograma dos trabalhos e o júri, que é composto pelos funcionários da Câmara Municipal, é um júri técnico, entendeu dar razão a essa reclamação. Assim, a empresa que ficou em primeiro lugar, que apresentava o



valor mais baixo, acabou por perder a obra, ficando posicionada a empresa que estava em segundo lugar e que tinha reclamado, portanto, em primeiro lugar, e em condições de ser adjudicada a obra. -----

----Depois, como sabem, temos que comunicar isto às empresas e assim havia aqui um espaço que é dado em termos legais para elas contestarem isto ou não. A ideia que nós tínhamos era que, de facto, a empresa que estava em primeiro lugar iria contestar e iríamos ter aqui um problema, ao nível da entrega da obra e ficarmos aqui bloqueados, esta contestou, mas foi mantida a decisão pelo júri que não deu razão à empresa e aquilo que podia acontecer e que pode acontecer, era a empresa, depois ir para o tribunal e aí, sim, tínhamos um problema sério para a Câmara Municipal em termos de bloqueio no que dizia respeito á parte de execução da mesma. Pelo conhecimento que tinha, isso não aconteceu. -----

----O processo estava a decorrer normalmente, e a expectativa que tinha era que, em maio, haja condições para a obra já estar no terreno, a empresa estar a trabalhar e a obra a decorrer. -----

----6-Outros assuntos de interesse para o Município; -----

----O membro Júlia Ceia e em relação à Rua da Estrada, fez um apelo à urgência na realização das obras e à sua conclusão, porque o prejuízo para as viaturas que diariamente aí transitavam eram enormes. -----

----Em relação á ajuda ás famílias, constava que o valor da fatura da água subiu muito deixando uma recomendação para a redução deste valor. -----

----O membro Célia Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Fratel, começou por cumprimentar todos os presentes e em nome do Executivo desta Junta, felicitou o Município de Vila Veia de Ródão

pela aprovação do Relatório de Gestão e Documento de Prestação de Contas 2024.-----

---- Mais disse que era um orgulho pertencermos a um município que tinha obra feita, isento de dívidas, isento de empréstimos bancários e com financiamentos garantidos para as suas obras, obras essas que contemplavam não só a sede, mas também cada uma das freguesias deste Concelho e, claramente, que era o reflexo de uma gestão financeira rigorosa e indicativo de uma boa gestão camarária. Mostrou satisfação pela assinatura do contrato de cooperação interadministrativo entre o Ministério da Administração Interna e o Município, relativamente às obras de requalificação e ampliação do posto de GNR em Vila Velha de Ródão, sendo sobejamente do conhecimento público, os constantes contactos encetados pelo Senhor Presidente ao longo destes anos no sentido de tornar possível dar este passo tão importante porque se tratar de uma obra urgente que vinha devolver as condições de trabalho e de segurança aos militares e conseqüentemente transmitir maior segurança à população pela sua localização no centro da Vila.-----

---- Por se tratar da última Assembleia Municipal de Aprovação de Contas e relativamente à freguesia de Fratel, reconhecia o esforço financeiro do Município relativamente a investimentos ao longo dos últimos doze anos. Designadamente, a reabilitação do complexo das piscinas municipais, o centro de Fratel a aquisição do lagar de Burras edifício em ruínas que deu origem a um espaço aprazível atualmente o jardim do lagar que permitiu requalificar aquela zona para além de resolver questões de estacionamento. A aquisição do edifício histórico do Solar dos Faias, que permitirá a construção de quatro unidades habitacionais independentes. Entre outras, a ligação à rede de saneamento na Silveira, a construção de condutas



de abastecimento de água à Carepa e à Riscada, os importantes melhoramentos no Bairro Fernandes, em Fratel, a criação de infraestruturas e ajardinamentos na Urbanização da Tapada do Correio, o loteamento das piscinas em Fratel, a aquisição e reconversão em morada bifamiliar de um edifício inacabado na entrada em Fratel, cujas obras se encontram em curso. Salientou o apoio precioso técnico e financeiro, dado ao associativismo, em concreto, às obras de reabilitação e modernização da Sociedade Filarmónica Fratelense, inauguradas recentemente, permitindo aos fratelenses voltarem a ter ao seu dispor infraestruturas de qualidade num espaço moderno e de lazer, uma zona polivalente que proporciona a realização de atividades culturais, a beneficiação do pavimento ao longo da Rua 25 de Abril, em Fratel e do caminho paralelo ao IP2 que liga Fratel ao Peroledo, a recente requalificação da Rua da Portela em Vilar do Boi, atualmente a decorrer as obras de beneficiação na Rua dos Barros, em Marmelal e a reabilitação conjunta com a Junta de Freguesia, do Largo do Espírito Santo. -----

----No entanto, gostaria de solicitar apoio ao município no sentido de ajudar esta Junta de Freguesia a melhorar a zona do parque campismo, através da colocação de infraestruturas indispensáveis, de forma a tornar o espaço mais aprazível para quem o frequenta. Relativamente à entrada de Fratel, com a inviabilização da passagem superior que facilitaria o acesso à A23, onde presentemente funciona o acesso não só à A23 como ao IP2 e sabendo que o Senhor Presidente tem envidado esforços nesse sentido, gostaria de saber em que ponto se encontrava. Relativamente à fibra óptica, gostaria também de saber se já existia mais alguma informação sobre o concurso anunciado para

haver cobertura de fibra em todo o país e resolução relativa às zonas brancas existentes.-----

---- Por fim, deixou o convite a todos os presentes para as comemorações do 1º de Maio em Fratel.-----

---- O membro Luis Coutinho, sobre a empresa da Unidade do Hidrogênio Verde porque há dias a Associação de Regantes recebera uma carta para que perguntasse ou informasse os proprietários e associados, sobre a passagem de uma linha de abastecimento de energia de fonte renovável, a partir de uma central fotovoltaica, no caso até à Unidade fabril.-----

---- Tanto quanto percebera, essa central será instalada na freguesia de Perais, e terá um percurso bastante grande, passando por cima, e também com as sapatas, dentro de várias propriedades, atravessando a estrada nacional numa distância de cerca de catorze quilómetros. Questionando se o Senhor Presidente da Câmara tinha alguma informação, por um lado, acerca do investimento nesta unidade industrial, por outro lado, se realmente isso era verdade, se será essa central com cerca de cento e cinquenta hectares que abastecerá a energia para a fábrica e se assim for, quem fará o investimento da rede, se será um investimento privado, ou seja, da empresa, ou se será a própria REN a fazer isso, porque fará alguma diferença em termos dos direitos dos proprietários.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao membro Júlia Ceia, nomeadamente à Rua da Estrada, dizendo que já explicara aquilo que foi a opção da Câmara Municipal, referindo o processo que vem a ser desenvolvido nesta obra e isto, obviamente, causava muito transtorno, agradecendo às pessoas a paciência que têm tido e percebia que as pessoas não estivessem satisfeitas, porque era uma obra muito impactante, mas também tinha a percepção



de que as pessoas percebiam, depois de explicar aquilo que fora a opção da Câmara e iria ficar uma obra bem feita, uma obra que iria mudar a face de Vila Velha de Rodão. -----

----Quanto à fatura da água, disse que a Autarquia tentava que os valores com o consumo de água fossem mais baixos, mas aquilo que hoje eram os preços da água a nível nacional, já passava pouco pela vontade dos municípios. O preço da água é fixado, tendo em atenção aquilo que eram as diretrizes emanadas pela ERSAR, que tinham a ver com a cobertura dos custos do sistema, portanto, as câmaras municipais não podiam estar a financiar um sistema e não podiam ter, ano após ano, um sistema de saneamento e de abastecimento da água pública deficitárias, sob pena de serem penalizados pela ERSAR. Infelizmente e injustamente, as pessoas que não têm rede de saneamento hoje eram obrigadas a pagar uma taxa de saneamento, apesar de terem uma compensação, porque aquilo que era o serviço que a Câmara Municipal lhes fazia, lhes cobrava por fazer, que era da limpeza das suas fossas particulares, hoje têm direito a duas limpezas anuais gratuitas, mas nós temos muitas pessoas que não utilizam esses serviços da Câmara Municipal, que não tinham acesso ao sistema e que estavam a pagar mensalmente essa taxa. Tem-se explicado isso às pessoas, elas têm percebido, mas aconselhamos as mesmas a reclamar, quer junto da ERSAR, quer junto da Ministra do Ambiente, quer junto também dos grupos parlamentares, no sentido de tentar reverter a injustiça desta medida. -----

----Respondendo á intervenção do membro Célia Ribeiro, disse que havia aqui questões que não dependiam da Câmara Municipal, nomeadamente a questão da fibra ótica e naquilo que era o compromisso do anterior governo e aquilo que percebera era que, de facto, há um grande esforço também do governo no sentido de levar a

cobertura da fibra ótica a todos os lados, esperando que isso seja rápido, e que as coisas decorram de acordo com aquilo que têm sido os compromissos e as estratégias dos sucessivos governos.-----

---- Quanto à entrada do Fratel, o que também já percebera era que a Infraestrutura de Portugal continuava a dar pouca atenção a essa questão e a não se preocupar muito com isso e pautava pela ausência de respostas apesar de continuar a insistir com eles, mas têm sido uma entidade com a qual não tinha tido um relacionamento fácil, porque tinham um orçamento muito limitado, estavam numa contenção brutal de custos e tudo aquilo que significava investimento era reduzido a mínimos e tentavam sempre passar para o lado das autarquias o investimento. A Câmara Municipal fez a reabilitação da entrada do Fratel dando assim alguma dignidade a essa zona, acreditando, muito sinceramente, que com a questão da eliminação das portagens, para a IP passa a ser ainda mais difícil justificar qualquer investimento, no entanto, continuaria a insistir numa solução para essa zona.-----

---- Em relação ao Parque de Campismo, disse que se tem estado a desenvolver o projeto e esperando que depois possa ser possível, num quadro renovado, fazer esse investimento devidamente justificado pela valorização que dará àquele espaço, pela atratividade que reforça também ao Fratel, sendo assim um investimento que fazia todo o sentido.-----

---- Em relação á questão lançada pelo Luis Coutinho, deu nota que era um investimento que tem acompanhado com muito interesse, sendo da opinião que era interessante para Vila Velha de Rodão, para o país, mas também para aquilo que eram as estratégias de descarbonização e das apostas nas energias verdes, tendo uma particular importância para este concelho, dando também a



possibilidade às empresas aqui instaladas poderem passar a usufruir dessa energia verde, ainda que são os seus produtos que comercializam nos diferentes mercados, poderem também valorizá-los através desse selo de utilizar energia verde. Infelizmente, o projeto não estava tão adiantado como nós gostaríamos. A última reunião que tivera com o promotor era que em 2026 esteja em obra, apesar de ter ideia que em 2025 isso já fosse possível. De facto, tudo aquilo que eram projetos que tenham a ver com a Direção-Geral de Energia acabavam sempre por esbarrar um pouco nas teias da burocracia desta entidade. -----

----Este projeto assenta numa captação de energia solar que vai ser instalada nos Perais, numa área de cerca de duzentos e cinquenta hectares, dando nota que a Câmara Municipal só olhou para a instalação desse parque solar, tendo em atenção a importância do projeto para o concelho, portanto, das mais valias que representava, porque um parque solar desta dimensão era algo impactante do ponto de vista da paisagem, mas dado o impacto que tem para as empresas, dado também a criação de valor, o emprego que vai gerar em Vila Velha de Ródão, tudo ponderado, achava que era um projeto interessante para este território. Quanto à linha que vai ligar esse parque solar às instalações onde vai depois ser produzido o hidrogénio, é uma linha privada, portanto, é da responsabilidade da empresa, mas eles ainda não nos deram nada do traçado, pensando que estarão ainda em fase de estudos e posteriormente chegará à Câmara Municipal e obviamente que aí também teria a preocupação de acautelar os impactos que teria nas explorações e também na paisagem, por forma a que este projeto seja o menos impactante possível, do ponto de vista paisagístico, quer na instalação do parque solar, quer depois também na linha que vai

fazer a ligação à fábrica e desse ponto de vista a Câmara irá estar atenta, por forma a minimizar esses impactos.-----

---- O membro Joaquim Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão, começou por cumprimentar todos os presentes e fez o convite para participarem nas comemorações dos cinquenta e um anos da revolução do 25 de abril que estavam a decorrer na parte baixa desta Vila, bem como, no almoço que se iria seguir a esta sessão.-----

---- O membro Benvinda Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Perais, começou por cumprimentar todos os presentes e como também nesta freguesia se comemorava hoje o 25 de abril, convidou todos a comparecerem nestas comemorações.-----

---- **7- Período de intervenção do público nos termos do artigo 21º do Regimento;**-----

---- O Senhor António Cavaca, morador em Chão das Sevas, começou por cumprimentar todos os presentes, saudando também muito particularmente os seus camaradas, porque era militar, será sempre militar, mas era um militar como outros que já adquirira a totalidade dos seus direitos cívicos, incluindo o direito da intervenção política. Não era isso que iria aqui fazer, mas podia fazê-lo. Mas não se esquecia da sua essência e daquilo que realmente o fizer o homem que era hoje. Por isso, uma grande saudação a todos os Capitães de Abril. Aliás, a sua geração de oficiais dos quadros permanentes curva-se, e podia falar por todos eles, em sinal de respeito perante os nossos Capitães de Abril e depois fazê-lo enquanto militar, porque mais do que um dever moral é para si um dever estatutário.-----

---- Continuou dizendo que o que o trazia aqui não era criticar, porque criticar ou proporcionar oportunidades de melhoria, eram



coisas bem diferentes, desde logo no tom que pomos no discurso. Mas iria ter que trazer exemplos concretos daquilo que se passara no último ano ou nos últimos anos em Vila Velha de Ródão, lançando este repto, pensemos todos sobre estes exemplos à luz dos valores de Abril, porque a ideia era melhorar. Não vinha branquear o trabalho que já fora feito em cada uma destas áreas, muito pelo contrário, vinha tentar acrescentar. Começou por falar num cidadão que há alguns anos atrás a sua costela provinciana falou mais alto, o chamamento foi muito mais forte, e ele regressou às suas origens provincianas e regressou à ruralidade. Mas regressou com vivências, com formação e sobretudo com sensibilidades muito diferentes daquelas com que saiu. E quando chegou uma das sensibilidades que o levou a falar do que hoje iria falar, foi constatar que de facto Vila Velha não era uma ilha e, portanto, se todo o país envelhece, Vila Velha também envelhecia e a primeira coisa que ele tentou fazer foi acrescentar qualquer coisa a favor do bem estar dos nossos idosos. Tal como já dissera, não iria branquear o que estava feito e havia muito trabalho feito em Vila Velha a bem dos idosos. Honra seja feita aos decisores, honra seja feita a quem executa, agora poder-se-ia sempre melhorar. Havia uma área que de facto os idosos não tinham em termos de conhecimento, que era a segurança no envelhecer e aqui falava de autosegurança e também de autoproteção passiva. Este cidadão, que foi um comunicador durante uma grande parte da sua vida, que fizera daquilo que reputava de mais nobre na vida, que era partilhar, e este era um valor de Abril, partilhar conhecimento com os outros, ensinar, e havia alguém que a isso podia acrescentar formação específica na área da segurança, não podia fazer outra coisa do que aquilo que fizera. Preparara um *powerpoint*, tecnicamente ao encontro daquilo que era a população

alvo, porque aquilo que importava no comunicador era que a mensagem chegasse, referindo que este trabalho demorou mais de quarenta horas a fazer e que assentava na força comunicacional da imagem porque os folhetos que a Guarda Nacional Republicana lhes leva, e os cinco minutos que lá estão, para os folhetos os nossos idosos não os leem, e os cinco minutos que a Guarda lá está, é muito pouco. E esse cidadão, a primeira coisa que fizera foi, junto do que iria chamar a *entourage* ao decisor de topo.-----

---- fez em seguida uma pequena nota de rodapé para falar agora da decisão. Em Vila Velha e pelos concelhos fora, sempre que alguma coisa acontecia fora daquilo que eram as expectativas dos munícipes, apontava-se sempre ao decisor máximo e esquecíamos que a decisão não era um ato isolado. A decisão era um processo que se constituía de baixo para cima. Portanto havia toda uma *entourage* estratificada, piramidalmente e que tinha o dever funcional de produzir essa decisão. E era junto dessa *entourage* que deveríamos chegar e apresentar os nossos problemas. Assim, hoje não se iria dirigir a esta mesa, iria dirigir-se a esta plateia que era onde estava uma representação massiva da dita *entourage*, que tinha o dever funcional de produzir decisão, para quando chegasse ao decisor final apenas ele tinha que dar a sua anuência. Porque o decisor final não tinha que ser especialista na área jurídica, nem social, nem nada disso e assim era para esta *entourage* que se dirigia. Em concreto e desde já do ponto de vista social. Este cidadão bateu à porta dessa *entourage* uma primeira vez e de facto houve uma tentativa gorada e, portanto, o trabalho não teve palco. Voltou a bater uma segunda vez, voltando a não ter palco. Numa terceira vez, sim, realmente alguém disse que era interessante, mas já lá vão quase dois anos. Vejam isto agora à luz dos valores de



Abril. Houve o espírito inclusivo de Abril? Alguém que chega à nossa porta, nos bate à porta, tenho isto para acrescentar, tenho isto para dar de mim a favor dos outros. Houve o espírito inclusivo de Abril? Houve o espírito partilha? Houve solidariedade para com os idosos? Pensem os meus concidadãos. -----

----Continuou dizendo que Abril era lazer, era ocupação de tempos livres, era apoio social, mas Abril também era trabalho comunitário. Em Abril os militares criam o embrião para o estado de direito democrático, mas depois havia uma deriva. Deriva de quem? Daqueles que, entre outras coisas, eram os apologistas das grandes cantinas, onde bastava ter uma senha e tirava-se o dinheiro dos ricos para depois toda a gente comer. Os anárquicos. -----

----Entretanto veio o 25 de Novembro e vem corrigir essa deriva. -

----Referindo-se ao conceito de associativismo municipal, disse que havia uma associação que no ano passado, no seu Plano de Atividades, além de um conjunto de eventos de natureza lúdica, entretenimento, que realmente era fundamental e o associativismo em Vila Velha era muitíssimo bom, amigo do povo, produzia saúde física e mental, não tendo dúvidas nenhuma disso. Mas e o trabalho comunitário? Podia ser visto como associativismo ou não? Havia alguma coisa no manual municipal que não desse respaldo a esse trabalho? -----

----No ano passado, no seu Plano de Atividades, e olhando para aquilo que era a faixa de proteção contra incêndios da aldeia, viu demasiado material combustível. A primeira coisa que fez foi conseguir sensibilizar os proprietários nos seus espaços privados a eles próprios fazerem a limpeza. Nunca naquela aldeia se pagou tantas horas a máquinas de arrasto e a tratores com destorcedores para limpar. Mas foi feito mais do que isso. Tocámos a rebate,

juntaram-se e colocaram isso no Plano de Atividades uma jornada de limpeza, e não o fizeram nos espaços privados, substituíram-se às autoridades político-administrativas numa zona que, por lapso, porque aqui uma vez mais não iria branquear a verdade, e havia um grande trabalho tanto da Junta de Freguesia como da Câmara na limpeza das faixas contíguas à faixa de rodagem, mas havia uma faixa que, por motivos da ausência de placa toponímica, em que a Junta de Freguesia chega à última casa e pára e depois a Câmara ou o ICNF, a mando da Câmara, começou numa casa distante e há ali um espaço de quatrocentos metros em que cresceram silvados enormes. Assim, agarraram-se a isso e juntaram-se.-----

---- No verão, quando chega a lista da Comissão que analisa os Planos de Atividades, aquela atividade não foi valorada como tendo interesse para o associativismo municipal e isto era um conceito que teríamos que ultrapassar. E porquê que era um conceito? Porque este ano a mesma associação voltou a pôr no Plano de Atividades a recuperação da fonte tradicional da aldeia. Trabalho nosso, vamos lá e fazemos. Não estamos sequer a pedir dinheiro, porque que isto não se tratava de pedir dinheiro. Ora, quando aparece a lista de todos os nossos eventos, realizados por essa *entourage* porque era essa *entourage* que os validava, uma vez mais, este evento não tinha qualquer valor do ponto de vista do associativismo municipal.-----

---- Analisando isto à luz de Abril, Abril também era trabalho comunitário. O trabalho de todos a favor de todos que era o que estava aqui em causa.-----

---- Mais disse e porque para si defender Abril era uma questão de sangue, não podia aceitar que na cerimónia do ano passado tenhamos tido discursos onde se enalteceram valores de Abril e muito bem, mas depois pedia-se coerência. E pedia-se coerência a essa



entourage de hoje e à entourage do futuro. Porque daqui a alguns meses essa entourage ou decisor de topo vai mudar. -----

----Não se podia em Abril falar de liberdade de expressão e depois, uns meses depois, censurarmos um artigo que foi entregue num meio de comunicação social local onde a única coisa que o artigo pretendia era defender direitos legalmente protegidos dos cidadãos a pretexto de uma prova desportiva onde se usurpa de competências. Ou seja, no dia em que a prova desportiva está calendarizada a democracia, passo o termo, é suspensa naquela via. É uma prova motorizada. Os cidadãos deixam de ter o direito de livre circulação dos espaços públicos, deixam de ter o direito de acesso e de livre usufruto e completo usufruto das suas propriedades e por uma questão de segurança, estava correto. Mas uma semana antes, barram-se os terrenos uma semana antes. Nem toda aquela gente tem a literacia jurídica e política que nós temos. Houve gente naquela aldeia que esteve uma semana sem ir aos terrenos. Censurar um artigo destes? -----

----Terminou agradecendo, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal por lhe ter permitido usar da palavra todo este tempo. --

----A Srª Leonor Aragão, começou por cumprimentar todos os presentes referindo que vinha aqui esclarecer situações antigas, calhando aqui no 25 de Abril, e se calhar até calhou de maneira até surpreendente, visto era uma defesa à honra. No fundo foram coisas que aconteceram, não foi nesta Legislatura, e o Presidente não esteve presente na altura, portanto, se calhar não iria perceber o que iria dizer, mas há muita gente que estava presente e iria perceber, e o Presidente da Assembleia Municipal certamente iria perceber e entender. Isto não era nenhum ataque pessoal, como muita gente às vezes pensava, era simplesmente uma defesa. -----

---- Mais disse que depois iria enviar isto por e-mail para ficar registado integralmente em Ata, e o que vinha esclarecer era que, como não conseguira, efetivamente, vir cá antes, porque estava a tirar o 2º mestrado e agora estava a tirar a 2ª licenciatura e estava a trabalhar em Lisboa, portanto, era muito complicado vir cá, dizendo também que levava esta situação à Procuradoria da Justiça e também esteve à espera de uma resposta. Por isso, eu iria ler aquilo que enviara à Procuradoria da Justiça de maneira um bocadinho mais sintetizada.-----

---- Isto era referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Velha de Rodão, dia 18 de dezembro de 2020. Já foi algum tempo, mas isto arrastou-se.-----

---- Mais disse que questionara o horário desta mesma sessão, da sessão que foi feita nesta reunião. Já tinha feito este questionamento por via e-mail para a mesa da Assembleia Municipal e no período de intervenção do público, questionou a mudança da hora da sessão para as 15:00 horas porque normalmente acontecia às 20:00 horas. Obviamente que sabia que cabia ao Presidente da Assembleia Municipal a que são realizadas as sessões, porém, enquanto cidadã, tinha todo o direito de exprimir a sua opinião e de referir que o horário das 15:00 horas impossibilitava muitos dos cidadãos na altura de participarem nas sessões. O motivo da mudança, que pelas palavras do Senhor Presidente da Assembleia, nem teria que justificar, mas esclareceu que a mudança do horário tinha a ver com o facto de haver tempo para a apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, um projeto que em parceria com o Instituto Politécnico de Castelo Branco. Por acaso tinha conseguido ir à sessão, mas apanhou apenas a última parte desta apresentação e a questão que colocara logo a seguir, a resposta do



Senhor Presidente da Assembleia, foi que não tinha visto nada associado nos meios de comunicação, pois nem sabia que iria existir a apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento para Vila Velha de Ródão, nem a sua apresentação, do qual não obteve resposta. Se calhar, isto foi visto como uma afronta, mas não era uma afronta, ou seja, isto foi visto como uma crítica e, se calhar, até era uma crítica, mas também já elogiara muitas vezes e tinha todo o respeito pelo trabalho desenvolvido pelo Presidente da Câmara Municipal, e o próprio Luis Pereira sabia, e na altura, até com a questão da Centroliva, várias vezes lhe agradecera, achando que não era por estar a fazer uma crítica ou outra que iria mudar o facto de também não elogiar ou elogiar as pessoas, e achava que tinha que haver aqui uma separação. Portanto, a Ata desta Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2020, que é a Ata n.º 5 de 2020, que foi aprovada na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, no dia 26 de fevereiro de 2021. Quando teve acesso à Ata, após a sua publicação pública no website da Câmara Municipal de Vila Velha, reparou que faltava na sua intervenção, a referência que não tinha existido nenhuma comunicação da apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, e, por tal, pediu na sessão ordinária da Assembleia Municipal seguinte, no dia 30 de abril de 2021, a retificação da Ata n.º 5 de 2020, sendo que se torna relevante a colocação desta informação, por ter sido efetivamente dita e porque o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão era importante para o Concelho de Vila Velha e, assim, para os cidadãos, tendo sido a sua apresentação pública e no tempo da sessão da Assembleia Municipal. Ou seja, seja esta, seja outras que vierem no futuro. Isto era só um exemplo. Este pedido de

retificação foi negado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal na sessão de 30 de abril, tendo dito que todos os membros da Assembleia tinham lido a Ata, tendo já sido votada e aprovada por unanimidade. No decorrer da sua intervenção, abordou outros assuntos e foram feitas várias apreciações do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que não gostara, do género, "vem para cá lamuriar-se", se calhar o Senhor Presidente deste Órgão não se lembrava, mas ela lembrava-se.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal interrompeu e disse que o que tinha dito fora a palavra "vangloriar-se"-----

---- Respondendo, a Sr^a Leonor Aragão disse que não, que tinha boa memória e que fora a palavra "lamuriar-se", porque estava a queixar-se de alguns assuntos pessoais e de coisas para a Assembleia e nessa intervenção, ela e o Presidente da Assembleia Municipal estavam num debate aceso de "bate-boca", mas o Presidente da Assembleia Municipal sabia que gostava muito dele e sabia que o Presidente da Assembleia Municipal também gostava muito dela, fora deste círculo. Mas, muitas vezes, tinham discussões e, às vezes, as discussões eram um bocadinho mais acesas, de tal forma que falaram mais tarde e fizeram as pazes, mas havia coisas que tinham que ser resolvidas e também não se sentia bem consigo mesma de nesta Assembleia Municipal as coisas terem ficado mal resolvidas e, por isso, é que vinha cá resolvê-las.-----

---- Também houvera apreciações indiretas ao seu abandono à Assembleia Municipal, que era uma coisa que também queria esclarecer e também não achara correto estarem a referir isso naquela altura, esclarecendo que estava no seu 2º mestrado, agora estava na sua 2ª licenciatura, trabalhava em Lisboa, não conseguia resolver os problemas da sua quinta, não conseguia resolver os



problemas de Vila Velha em relação á Centroliva, portanto, era humanamente impossível estar em todo lugar ao mesmo tempo. Ainda para mais, saíra e sabia que foi muito bem entregue o lugar, portanto, o seu lugar ficou muito bem entregue e achava que fizeram um muito bom trabalho por parte do "Novo Rumo" após a sua saída. Por isso, sentia-se perfeitamente descansada e não vinha para aqui fazer política porque não pertencia a nenhum partido político neste momento, mas tinha o direito de exprimir a opinião como cidadã e ninguém lhe iria tirar esse direito. -----

----Continuou dizendo que, no decorrer da sua intervenção, os membros do Partido Socialista também fizeram alguns gestos de desaprovação, que não gostara, por causa da questão que estava a discutir com o Presidente da Assembleia Municipal e isso acabou por também afetar um bocado a sua prestação. Entretanto, no dia 6 de maio de 2021, pediu novamente a retificação para que pudesse retificar essa falha na Ata, para pedir a colocação da informação que não foi posta, por e-mail para a Assembleia Municipal, mas também não houve resposta. Ou seja, ela não fora posta para a Assembleia Municipal, logo os membros da Assembleia Municipal acabaram por votar a favor de uma Ata, porque o seu pedido de retificação nem sequer chegou para a votação dos membros da Assembleia Municipal. -----

----Mais referiu que também houve outras intervenções por parte de um membro que não estava cá, que disse, se calhar não iria referir o nome, achando que não valia a pena, que disse e estava escrito, que existia em intervenções do público algumas faltas de educação, o que também não achava isto correto, haver este tipo de apreciações, e que esse membro pedira para que no próximo regimento deste órgão houvesse a possibilidade dos membros da Assembleia

Municipal responderem a estas faltas de educação, do qual até o Presidente da Assembleia Municipal disse que já tinha o direito de honra de intervir se os membros se sentissem, por alguma maneira, prejudicados, mas que aceitava a sugestão para a elaboração de um futuro Regimento. Também fora feita aqui uma apreciação que não achou correta, e porque numa das intervenções de uma das Assembleias referente a uma discussão entre um membro do "Novo Rumo" e o Presidente da Assembleia Municipal, em que o esse membro estava a defendê-la por causa de todas estas intervenções, e o Presidente da Assembleia Municipal percebera que estavam a falar de mim e disse que era uma falta de respeito, dizendo que não admitia que digam que ela faltava ao respeito ou que faltara ao respeito a Vila Velha, até porque fizera imensa coisa pelo ambiente, deu a cara pelo ambiente, sem medo, ela e mais um grupo de pessoas e nunca obtiveram nenhum agradecimento formal. De qualquer maneira, sabia que havia pessoas que lhe agradeceram de outra maneira, mas não admitia que lhe dissessem que faltara ao respeito ou que vinha para aqui a falar ao respeito quando tinha dado a cara pelas pessoas aqui em Vila Velha e não ganhara nada com isso e também não queria ganhar nada e iria continuar a ajudar a Vila Velha, as pessoas, o ambiente e aquilo que pudesse.-----

---- Dito isto, esperava um pedido de desculpas.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que as desculpas só se pedem quando se justificam. Como pensava que não tinha que lhe pedir desculpas, não o iria fazer. No entanto disse que o Presidente da Assembleia que estava aqui, relativamente às horas, respondera-lhe com o regimento deste Órgão e bem, era a única coisa a que podia responder e era o mesmo Presidente da Assembleia que quando chegou a Presidente da Assembleia da



Comunidade Intermunicipal, mudou as Assembleias para as 18:00 horas para que permitisse que o público pudesse participar e pela primeira vez houve público a participar numa Assembleia Intermunicipal. Também era o mesmo Presidente que continuava, como era apanágio do Partido Socialista, a marcar as Assembleias todas de todos os mandatos para às 20 horas e 30 minutos e mais e como era apanágio, também, deste Grupo do Partido Socialista desde 2001, em que recuperou a Câmara, fazia as Assembleias descentralizadas. -

----Relativamente à Ata, disse tinha o maior respeito por estes senhores e estas senhoras que estavam aqui sentados e estes senhores e estas senhoras que aqui estavam sentados tinham interveniência na Ata, com as suas sugestões, críticas, construtivas ou não isso não interessava, e eram eles que, depois de lida de forma responsável e aprovada, não ficaria muito bem para mim, nem nunca foi feito, nem nunca o faria, passar por cima da vontade destes senhores e senhoras que estavam à sua frente e alterar uma Ata de forma retificativa. Isso, e era verdade que lhe dissera, que se estivesse ainda no exercício do cargo que abandonara... -----

----A Senhora Leonor Aragão interrompeu dizendo que não tinha que fazer esse tipo de apreciações ao munícipe. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que as apreciações eram da responsabilidade de quem as tecia. A Senhora Leonor fizera acusações também a pessoas que não estavam aqui e a outras que estavam aqui e que não tinham, se calhar, o direito de as fazer, mas fê-las, porque vivíamos em democracia. -----

----Continuou dizendo que questão da retificação foi trazida a esta Assembleia pela Júlia Cristina que estava aqui e esse documento estava nos documentos da Assembleia Municipal, bem como a

intervenção do membro Júlia Cristina. Portanto, aquilo que disse não era verdade, não foi ignorado, constava da Ata. Mais disse que se dissera que aceitava a sugestão do Regimento e que fez em um trejeito que não valorizava, esta era a sua função. Quem decide o Regimento da Assembleia Municipal, e pensava que já sabia isso, tendo a certeza que sabia, mas provavelmente não se lembrou, era no início de cada mandato, estes senhores e estas senhoras que estão aqui, fazem sugestões, fazem críticas, alteram, e aprovam ou não. Podem votar contra, com uma declaração de voto, podem votar a favor, podem fazer mil e uma coisas. Como tal, dizia que achava até fantástica a sua resiliência de cinco anos depois, o que achava uma coisa fantástica, não ter tido tempo para vir a Vila Velha e defender a sua honra.-----

---- Á resposta da Senhora Leonor que estava á espera da justiça, o Presidente da Assembleia Municipal respondeu que já fora alvo de uma queixa na justiça, no IGAL, de um membro da sua bancada, que, no cumprimento estreito do Regimento, não lhe dera a palavra. Tinha sido Presidente Junta do Partido Socialista e seu colega na Assembleia Municipal. Mas como eu entendia que o Regimento era para todos igual, depois de aprovado, o senhor pediu a palavra e ele não lha deu, e como tal fez queixa de si ao IGAL. Tenha-a emoldurada e a da Senhora Leonor, quando chegar, será também emoldurada. Porque aquilo que está aqui a falar era que durante cinco anos andou a tentar defender a sua honra. Teve uma conversa com ele, o que não interessava para aqui, pois não estava à espera que trouxesse para aqui as nossas conversas particulares, nem a nossa intimidade. Mas uma vez que a trouxe, ia um bocadinho mais longe.-----

---- A Senhora Leonor disse que este tipo de apreciações, por exemplo, de estar a rir, achava isso uma falta de respeito e não



achava isso normal. -----

----O Presidente da Assembleia interrompeu dizendo que lhe cabia a ele conduzir os trabalhos e que estivera calmamente a ouvi-la e não estava a faltar ao respeito em ponto nenhum. Estava-lhe a falar com toda a calma do mundo e estava-lhe apenas a dizer qual era a sua função nesta mesa. Cumprir e fazer cumprir o Regimento. Dentro daquilo que era o seu entendimento. Se algum destes senhores ou destas senhoras, no uso das suas faculdades como eleitos, acharem que faltara ao respeito, como aliás o membro Júlia Cristina fizera, e bem, que trouxe cá esse manifesto de protesto, ao qual respondera na altura, estava cá para se defender. Falta de respeito era aquilo que estava a fazer, que estava a faltar ao respeito a toda esta gente. -----

----A Senhora Leonor interrompeu dizendo que se estavam a rir. ---

----O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que "*quem se sente não era filho de boa gente*". -----

----A Senhora Leonor respondeu que até tinha respeito pelo Presidente da Assembleia Municipal e ele sabia perfeitamente disso e estavam-se pessoas a rir o que não achava normal e não diga que lhe tinha faltado ao respeito porque até estava calada. -----

----Em relação a essa reunião feita às 15 horas, não estava a meter em causa os esforços que que tinham para conseguir agilizar as coisas, não estava a meter isso em causa e essa era a questão. E a questão foi, que fizera uma intervenção e essa intervenção não foi respeitada e houve situações que para si foram desagradáveis e não gostou porque achou que a atitude foi despropositada, foi exagerada, levaram demasiado a mal ter feito essa intervenção e era aí que queria chegar. Não estava a meter em causa os esforços que faziam de tentar agilizar os trabalhos, como era óbvio, e só por

ter feito aquela intervenção, várias vezes se sentiu desrespeitada porque foi despropositada a sua resposta. Naquela altura, vários comentários que fez e era aí que estava a tentar chegar. Ou seja, vinham para aqui para fazer intervenções para sermos bem tratados e não gostava de o ver enervado porque não valia a pena e depois também ela se enervava. Apesar das pessoas se darem bem, às vezes discordavam e isso era natural, mas teriam que saber também lidar um bocadinho com isso e não exagerar. Da mesma maneira que quando exagerasse e se houvesse alguma atitude que também não seja correta, que lhe dissessem, o que já ocorrera e tudo bem, não tinha esse problema. Por isso, o Presidente da Assembleia Municipal também teria que ter uma autoconsciência, da maneira como falava com as pessoas.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que para esclarecer à frente de todos, dado que isto parecia um julgamento, questionou a Senhora Leonor se, depois dessa Assembleia Municipal, conversaram duas ou três vezes, tendo sido interrompido pela munícipe que disse que lhe comunicara que iria trazer estes assuntos a esta Assembleia Municipal.-----

---- Após esta interrupção o Presidente deste Órgão continuou dizendo que até a tinha recebido, na sua empresa, e conversaram uma ou duas, sobre várias coisas, afirmação esta prorrogada pela Senhora Leonor que confirmou que conversaram de maneira, tranquila.

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que isto para si era irrelevante. Relevante era, cinco anos depois, e querendo acreditar que seja o acaso, utilizou uma frase que já aqui dissera que era "*Careca sou, comer gelados com a testa é difícil*". Mais disse que compreendia perfeitamente o que é que estava a dizer, no entanto disse mais uma coisa que era importante em relação à



substância, porque isso da forma, a Leonor respondera a si mesma. Achou que foi incorreto da sua parte, conversara com ela duas ou três vezes, de forma cordial, como, aliás, falava sempre, cada vez que a via, portanto, não sabia onde é que estava a zanga e não iria valorizar isto. -----

----A Senhora Leonor respondeu para que fosse também cordial agora com ela porque á bocado não estava a ser. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal e para esclarecer de uma vez por todas este assunto, disse que tinha aqui uma pessoa, por quem tinha o maior respeito pelo funcionário que dava apoio administrativo a este Órgão e este tinha o cuidado, cada vez que havia uma Assembleia Municipal, de o avisar da saída da convocatória até ao dia tantos e lá vinha ele assinar os documentos. Assim, questionava se essa Assembleia fora ou não fora convocada dentro daquilo que a lei previa? -----

----A Senhora Leonor respondeu que era claro que sim, mas também não metera em causa a legalidade da situação e dera sim uma mera opinião. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio, dizendo que, enquanto Presidente de Câmara e pela liberdade que este dia nos dava, e até por força das suas funções, ou respeitávamos, aquilo que era o Regimento, pois já estavam percebidas as opiniões de cada um, ou iria abandonar a sala. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que nunca teria essa atitude e sempre dera a todos os munícipes toda a liberdade para dizer aquilo que queriam. -----

----Mais disse que a sessão aqui em causa foi convocada dentro dos termos da lei, não se faltou ao respeito a ninguém, recebera esta munícipe, na sua empresa, depois disso acontecer, por isso se

achava que ele não a tratava bem, tínhamos pena.-----

---- A Senhora Leonor disse que fora ela que fui ter com ele para tentar agilizar de maneira mais correta possível e simpática possível e respeitosa e nunca tinha metido em causa nenhuma legalidade.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que já deixara vincada a sua posição.-----

---- A Senhora Leonor disse que não estava a fazer nenhuma acusação e nunca o acusara de falta de respeito, ao contrário do Senhor Presidente deste Órgão. Ela só deu uma opinião e fora ter com ele para tentar agilizar de maneira mais pacífica possível, porque tinha respeito por ele e tinha respeito por algumas pessoas, e sempre lhe dissera que se não conseguisse resolver isto desta maneira, porque achava que lhe deviam um pedido de desculpas pela maneira como a trataram nesta Assembleia Municipal, concretamente, naquelas Assembleias Municipais e se não tivesse um pedido de desculpas, viria aqui referir este caso. Achava também que tinha alguma coisa a dizer a algumas pessoas e achava que o Presidente da Assembleia Municipal devia-lhe pedir desculpas à frente de muita gente porque não tinha estado bem com ela só por ter expressado uma opinião e não metera em causa a legalidade das coisas, só isso.---

---- Como Não lhe pediu desculpas, ficava mesmo muito triste com o Presidente da Assembleia Municipal.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a sua intervenção dizendo que era visível que a democracia em Vila Velha funcionava. À insistência por parte da Senhora Leonor por um pedido de desculpas, este disse que quem estava nesse momento a faltar ao respeito a esta Assembleia, era ela e ele não era obrigada a pedir-lhe desculpas.-----



----A Senhora Lurdes Gonçalves, residente no Salgueiral, começou por cumprimentar todos os presentes, referindo-se em seguida que na sequência da sua intervenção neste Órgão realizada em 13 de setembro de 2024 e em primeiro lugar, agradecer pelo facto de os cavalos terem passado a ocupar o seu espaço mais ou menos aceitável. Quanto à emissão de odores, não estava tanto de acordo, uma vez que o senhor Presidente da Câmara disse que o telheiro com cobertura metalizada se destinava a armazenamento de palha, mas convidava a todos a irem agora ao local e verificarem que o que lá esta era uma égua com o filho, junto à via pública e de uma casa onde vivem dois jovens que se queixam dos meus odores. -----

----Também dizia que realmente só ela é que me queixava, que os outros moradores não se queixavam, mas na realidade eles queixam-se a ela e queixam-se lá, só que não vinham aqui dar a cara. Ir ao local verificar a situação, era agora, porque ele depois era avisado, desmontava logo tudo, como foi da outra vez e quando lá chegam os cavalos já não estavam ali, já estavam no outro lado, não sabendo quem o avisava. Também ligara ao Senhor fiscal da Câmara e disse-lhe o que estava a passar e este ligou-lhe e disse que ia mudar tudo, só que não mudou nada, estava tudo igual. Vinha lá o verão e iria ficar ali outra vez o cavalo e a égua, junto à via pública e a todos nós. Realmente não houve mais ninguém a fazer queixas, mas também não perguntaram a ninguém, porque se o tivessem feito, havia quem se queixasse. -----

----Agradeceu também o esclarecimento que o Senhor Presidente da Câmara deu sobre o pagamento do saneamento na fatura da água. Alertou também para o buraco resultante de uma ala que já estava muito grande e ainda não foi arranjado. -----

----Questionou também e já tinha feito esta pergunta ao Presidente

da Junta, se no sitio onde estava o forno comunitário, tinha sido pedida autorização para lá abrir um caminho para se apoderarem daquele espaço, ao que a resposta do Senhor Presidente da Junta foi que não, pelo que gostava de saber se essa pessoa teria perguntado ou ter-se-ia informado com o Senhor fiscal da Câmara, porque ele também não podia andar ali a apoderar-se de tudo o que ali havia porque não era tudo dele, porque aquele espaço era público, não era dele e ele abriu lá um caminho para passar com o trator.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ás questões levantadas pelo Senhor António Cavaca, lamentando que a sua disponibilidade não tenha sido aproveitada. Eramos muito poucos e quando havia disponibilidade das pessoas e que era uma mais-valia, teria que ser aproveitada e certamente que isso será corrigido, agradecendo a sua disponibilidade esperando que a mantivesse por forma a aproveitarmos essa mais-valia que certamente será a sua comunicação.-----

---- Quanto àquilo que eram as questões que levantou com o associativismo, disse que se havia um município que tentava ser exemplar na sua relação com as associações era o município de Vila Velha de Ródão que criara para o efeito um Regulamento onde especificava a forma como apoiava as associações, promovia anualmente reuniões com as mesmas para perceber um pouco esse tipo de problemas, a sua sensibilidade, aquilo que deveria ser a direcção também dos apoios que fazia. Havia uma comissão que tinha para além de um técnico ligado ao desporto, um técnico ligado à acção social e também um elemento das associações. As questões levantadas, as que são pertinentes, não deixarão de ser equacionadas em sede própria e de si corrigidas. Para além disso também esse tipo de actividades pode ser sempre apresentado ao município e ser enfatizada a sua



pertinência para a comunidade e o impacto positivo que tinha e seria também, nesse âmbito, avaliada fora dos apoios que são atribuídos aos municípios e valorizada e certamente não deixará de ser considerada. -----

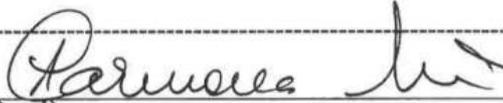
----Respondendo à Senhora Lurdes Gonçalves, disse que quem lhe diz que lá está um cavalo ou palha ou o que fosse, ou ocupação do espaço, quem lhe assinava a comunicação era o Presidente da Câmara, mas quem dizia isso eram os técnicos que lá foram ao local ver e que, certamente, lá viram o que lá estava. Se as coisas depois eram alteradas, não podia lá ter um funcionário em permanência para saber se hoje lá estava uma coisa e amanhã estava outra, e se depois daqui a oito dias lá estava outra. Aquilo que poderia dizer, e sem sombra de dúvidas, era que aquilo que lhe foi respondido na carta enviada, foi dito pelos serviços e assumia que era o correto, porque os serviços não iam dizer uma coisa diferente a ele daquilo do que lá tinham visto. Se depois foi alterado aí, obviamente, estávamos numa situação diferente, podendo, junto dos serviços, dar indicações para voltarem lá a ir regularmente, mas sem lhe dar garantias nenhuma do que quer que seja, porque não podiam assumir a vigilância do espaço pois não era essa a função da Câmara Municipal. Aquilo que podia ser e feito era, em função das queixas, atuar, ver e agir naquilo que era o quadro legal em que a Câmara Municipal se movia. -----

----Quanto à reparação do buraco, verificara ele próprio que não estava nas melhores condições, mas já estava sinalizada a sua reparação assim que possível. -----

----Á questão referente à abertura do caminho junto ao forno comunitário, disse desconhecer em absoluto a situação, mas iria dar indicações aos serviços, para analisar a situação com a ocupação

daquele espaço e depois daria também nota dessas diligências.-----

---- Não havendo mais intervenções neste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a presente sessão, às doze horas e quarenta e minutos e dela se lavrou a presente ata, que depois de lida e julgada conforme, vai ser assinada pelos membros da mesa. -----


Paula Cristina Ribeiro

25 DE ABRIL DE 1974 – 51 ANOS

Comemoramos hoje mais um aniversário da revolução de abril de 1974.

Abril que é para nós, portugueses, sinónimo de liberdade e de democracia é também o mês da Primavera, que traz a beleza aos campos e a fartura às mesas.

Abril é mês de Páscoa da Ressurreição e este abril é o abril em que o Papa Francisco partiu. Partiu, mas deixou um legado indelével num pontificado marcado pelos valores do humanismo, da justiça social, da paz, da diversidade e muito mais...

Francisco foi um Papa de reformas, com uma visão muito clara dos tempos em que vivemos. A sua clarividência levou-o a escrever a *"Laudato Si"*, considerada a sua mais importante encíclica. Construída em conjunto com cientistas este documento tem a força que resulta da ligação entre Ciência e Autoridade Pontifícia, tendo como objetivo combater e tentar inverter o grave problema das alterações climáticas e o seu impacto para o futuro da espécie humana e do planeta em que habitamos, espaço este que São Francisco de Assis chamou de *"Nossa Casa Comum"*.

É a preocupação com esta tragédia que ensombra a humanidade, provocada em grande medida pelo comportamento de muitos e pela ganância de alguns que levou o Santo Padre a escrever *"Que tipo de mundo queremos deixar àqueles que virão depois de nós, às crianças que estão a crescer?"*

Mas o tempo presente está também a viver a guerra das fronteiras e do poder, de uma forma brutal e cada vez mais assustadora, agora que as forças do mal presentes a leste e a oeste do *"velho continente"* parecem ter-se unido para impor a lei do mais forte, violando as regras e tratados definidos internacionalmente, no total desrespeito pelos direitos e pelas vidas dos outros, ameaçando a paz, a liberdade, a segurança e a democracia que é o que queremos como modelo de sociedade.

Por isso, e ainda em ano de comemoração dos 500 anos do nascimento de Camões, devemos lembrar-nos da Epopeia Lusitana contada pelo poeta em *"Os Lusíadas"*, a obra prima celebrativa da História de Portugal desde a sua Fundação até aos Descobrimentos e percebermos que, agora, a ação central não é a descoberta do caminho marítimo para a Índia mas sim a participação ativa da nossa antiga nação no fortalecimento de uma Europa unida e poderosa que permita combater o Adamastor que a atormenta e, assim, com esperança, poder continuar a realizar a sua História.

Por último, este abril é também mês de campanha eleitoral para as eleições legislativas de 18 de maio, ato normal decorrente do regime democrático em que vivemos.

Espera-se deste período pré-eleitoral que sirva para esclarecer os eleitores, que se fale do que é importante, e o que é importante é que os partidos apresentem os respetivos programas e discutam valores, ideias, propostas e soluções.

Defendemos a ética, prescindimos de populismos e queremos um sistema em que os responsáveis políticos não precisem de esconder os carros na garagem ou as suas carreiras profissionais de sucesso. Do que precisamos é de acabar com os pobres, não com os ricos.

Passados 51 anos sobre abril de 74, a revolução que urge ser feita é a de se pensar o país, de garantir o seu futuro e de dar aos portugueses, e aos que vieram e conosco trabalham, as condições de vida que todos merecem.

Viva Portugal!



51º aniversário da Revolução de abril

**Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Exmos. Sras. e Srs. Vereadores,
Exmos. Sras. e Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia,
Exmas. Sras. e Exmos. Srs.,
Rodanenses,**

Em 2024, de forma solene, comemoramos os 50 anos do 25 de abril de 1974. Esta data e este número redondo, de um dos marcos mais importantes da nossa história, prolonga-se, de forma oficial, entre 2022 e 2026. Em cada ano, foca-se num tema prioritário em que se pretende reforçar a memória e enfatizar a relevância atual dos acontecimentos que contribuíram para o desgaste e derrube da ditadura, bem como dos que permitiram a construção e afirmação da democracia. No nosso concelho, queremos e podemos reafirmar que os ideais de abril continuam vivos, garantindo que as novas gerações continuem a valorizar a liberdade e a justiça social.

Neste dia, nunca é demais recordar e saudar de forma muito especial todos aqueles que, personificados por Salgueiro Maia e pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), nos permitem viver em democracia.



O ano 2025 quis também que fosse o ano e, simbolicamente, em segunda-feira pós domingo de Páscoa, que o Papa Francisco nos deixasse.

Decretado luto nacional, assinalarmos neste dia, tão nobre acontecimento, também é recordar Francisco – o Papa do povo. O seu estilo de liderança assentou numa simplicidade e empatia que encantou o mundo. Francisco foi um amigo de Portugal. Portugal soube, sabe e saberá reconhecer a reciprocidade do seu amor pelo nosso país, pelo nosso povo. Assinalar este momento, aqui, neste dia, com a dignidade que Francisco nos merece, é elevar os ideais de abril. Porque datas únicas, merecem ser assinaladas, comemoradas nunca confundindo com qualquer falta de respeito.

51 anos depois. E agora?

Agora é tempo de continuar a relembrar a história, do enorme sofrimento que o fascismo causou e se valorize a luta do povo português por direitos fundamentais, que nos permitam viver numa sociedade mais sólida, mais capaz, mais sustentável.

Abril trouxe a liberdade. O direito à habitação. O acesso ao ensino. Ao trabalho e a fixação do salário mínimo nacional. Ao sistema nacional de saúde. À igualdade de direitos entre homens e mulheres. À possibilidade de estarmos aqui, eleitos democraticamente pelo povo através do voto.



Este dado como adquirido, o poder local democrático é dos mais importantes da nossa sociedade. Em concelhos como o nosso, do interior, com desafios acrescidos pela sua localização, a proximidade dos nossos autarcas é fundamental para resolver os problemas das pessoas, aproximar oportunidades, criar valor e aumentar riqueza e notoriedade. Somos cidadãos do mundo e somos e seremos sempre capazes de lutar pelos nossos sonhos.

As melhores condições de vida que a democracia permitiu aos jovens, as conquistas e direitos adquiridos há 51 anos, têm de continuar a ser alimentados.

A precariedade e os baixos salários do emprego esmorecem os sonhos dos nossos filhos, dos nossos netos. Precisamos de uma sociedade livre, mas que se respeite entre si. Com valores, mas sem abusos. Trabalhadora, mas não submissa. Ouvinte, mas conciliadora.

Exmas. Sras., Exmos. Srs.,

É na estrada que abril nos trouxe que a sociedade democrática encontrará combustível para perdurar no tempo. Com a luta dos mais jovens, com a sua presença em estarem presente na resolução dos problemas do país teremos capacidade para dar mais luz às vertentes democrática, política, económica, social e cultural. Uma sociedade sem conhecimento é uma sociedade vazia que não sabe para onde caminhar.



Como referiu o Papa Francisco “Os jovens são sempre a esperança duma nova unidade para a humanidade fragmentada e dividida. Mas somente se tiverem memória, apenas se escutarem os dramas e os sonhos dos idosos. Não é por acaso que a guerra tenha voltado à Europa no momento em que está a desaparecer a geração que a viveu no século passado. Há necessidade da aliança entre jovens e idosos, para não esquecermos as lições da história, para superar as polarizações e os extremismos deste tempo.”

Dia 18 de maio teremos novas eleições legislativas e, ainda no decorrer deste ano, eleições autárquicas. É através do voto que o povo escolhe os seus governantes. É um dos maiores direitos consagrados de abril, que nos permite decidir quem nos garanta melhores condições de trabalho, de vida. O atual governo gerou indignação com eventuais restrições alusivas às comemorações do 25 de abril a reboque de estarmos em luto nacional. Não há governo sem eleições. Não há eleições sem voto. Não há voto sem o 25 de abril.

Continuemos a celebrar e a comemorar o 25 de abril de 1974 de forma efusiva com os princípios da liberdade, democracia e paz;

Continuemos a prestar homenagem a todos os heróis que com a sua bravura lutaram contra um regime sem futuro e asfixiante para o povo português;



O 25 de abril jamais se calará.

Perdurará para sempre como um dos dias mais importantes da nossa democracia.

Terminamos, fazendo alusão a mais uma citação do Papa Francisco, em Lisboa, nas Jornadas Mundiais da Juventude: “Na Igreja há espaço para todos. E, quando não houver, por favor façamos com que haja. Todos, todos, todos”.

Na democracia também há espaço para todos. TODOS, continuemos a fortalecer a nossa democracia, a participação cívica e o direito a ser ouvido como uma das mais belas conquistas da nossa história.

Viva o 25 de abril!

Viva o concelho de Vila Velha de Ródão!

Viva Portugal!

A Bancada do Partido Socialista

Bub...

Dias Aventura

cel. José...

Inês Alves

[Handwritten signature]

Romário José Vicente

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]

Discurso 25 de Abril 1974
Assembleia Municipal de 25/4/2025

Sr. Presidente da Câmara Municipal

Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal

Sras. e Srs. Vereadores

Sras. E Srs. Presidentes de junta de Freguesia

Sras. E Srs. Deputados Municipais

Caros Rodenses

“Éramos infelizmente uma terra de súbditos e não de cidadãos”

Mário Soares

Início esta minha intervenção sobre o 25 de abril de 1974, com esta fantástica frase de Mário Soares, pois ela estabelece, no meu entendimento, de forma objectiva, a diferença entre o antes e o depois de abril de setenta e quatro.

Durante os longos quarenta e oito anos de ditadura a liberdade de expressão era inexistente, sendo a censura absolutamente implacável, não apenas na comunicação social, mas também nos livros, bem como nos espectáculos culturais. Apenas saía para a rua aquilo que o lápis azul da censura permitia.

Vivia-se um ambiente opressivo, sem liberdade de expressão, de associação, ou até de simples reunião, podendo estas ser vistas como ameaça ao regime.

Para o garante deste status quo, criou-se uma policia politica alimentada por uma extensa rede de informadores e onde a

privação da liberdade, por motivos hoje impensáveis, tinha como suporte o uso da violência e da tortura.

Portugal sendo um País periférico na Europa, acrescentava a essa dificuldade geográfica, um isolacionismo total e incompreensível, fechado em si mesmo, onde o analfabetismo era a regra e não a excepção, em que as gerações mais novas não tinham qualquer perspectiva de futuro, o que originou uma taxa de emigração enorme e incaracterística para a época.

As condições de vida eram deploráveis, a habitação digna inexistente, o acesso à saúde um privilégio de poucos, o poder local que hoje escrutinamos a todo o momento, com naturalidade, era então nomeado pelo governo e os actuais presidentes de junta de freguesia, denominados regedores, dependiam directamente do presidente de câmara, não existindo qualquer escrutínio.

Par além disso, assistia-se a uma guerra em crescendo no ultramar, que consumia literalmente toda uma geração de jovens que nunca tinha saído de Portugal, a não ser para combater, por um falacioso **“Portugal do Minho até Timor”**, transformando filhos em órfãos, esposas em viúvas e retirando aos pais o seu bem mais precioso. *Em muitos casos o seu único Bem.*

“Éramos de facto um País de súbditos e não de cidadãos” como dizia Mário Soares.

Foi a revolução de abril de 1974 que restituiu a todos os portugueses, inclusivamente àqueles que são contra a revolução, o direito de viver sem medo, de falar sem medo e acima de tudo, o direito de discordar sem medo, o direito essencial de sermos senhores do nosso próprio destino, com a possibilidade de através do voto escolhermos livremente quem queremos que nos governe.

Celebrar e evocar a revolução de abril é a forma de honrar o feito dos capitães que num acto de coragem, de verdadeiro amor à Pátria e ao seu futuro, garantiram com a sua acção, o amanhã de toda uma geração que vinha sendo destruída, sem acesso a estudos, sem projectos, sem sonhos, que apenas tinha como certo ir parar a uma das colónias para combater, defendendo ideais que não eram seus.

Descolonizar, Democratizar e Desenvolver foi o mote que norteou os capitães de abril, a quem todos estamos seguramente, eternamente agradecidos, pois temos hoje um País diferente para muito melhor, desde logo pelo sistema democrático vigente, diferente pela nossa integração na europa e no mundo, diferente para melhor na qualidade de vida das população, diferente para muito melhor na criação do ensino publico universal, diferente para muito melhor com a implementação do serviço nacional de saúde, ainda que com algumas limitações, diferente para muito melhor com a criação do estado social, o sufrágio livre e universal, a plena cidadania das mulheres e a instauração do poder local democrático.

O poder local é, aliás, em minha opinião uma das maiores conquistas de abril, pois tendo como principal característica a proximidade entre eleitos e eleitores e conhecimento profundo dos problemas das pessoas, assume-se como a única estrutura de governação que realmente assegura em tempo útil a resolução dos problemas das pessoas.

Estará abril cumprido ou continua adiado?

Por muito que tenha melhorado a nossa qualidade de vida, e isso é um facto, penso que em muitos aspectos abril continua adiado.

Adiado, porque ainda vivemos numa sociedade desigual, com a contínua e progressiva destruição da classe média, pilar de qualquer economia.

Adiado, porque ao longo de cinquenta e um anos de democracia nenhum governo, repito nenhum governo, teve a coragem de olhar de frente para a coesão territorial como uma verdadeira prioridade, permitindo com isso que o fenómeno da litoralização do país, fosse aumentando a desertificação do interior, apenas minorada pela acção dos municípios, assente na resiliência dos nossos Autarcas.

Adiado, porque enquanto nos grandes centros se investem milhões em infraestruturas de transportes, bem como em mobilidade colectiva, no interior em geral e na nossa região em concreto, o IC31 e a barragem do Alvito, obras estruturantes para a região, continuam apenas a existir nas promessas eleitorais dos partidos políticos.

Adiado, porque o acesso da justiça, que deveria ser equitativo, abrangente e universal, se torna inviável devido aos seus elevados custos, bem como o seu tempo de resolução, torna esta inacessível e incompatível com os interesses, quer dos cidadãos, quer dos agentes económicos.

Adiado, enquanto faltar a coragem política para combater a cultura de desconfiança que se instalou na vida pública, desconfiança essa cavalgada pelos populismos, e que põem em causa dois pilares essenciais da democracia:

A inclusão e a confiança.

Cinquenta e um anos depois falta-nos cumprir abril, e muito embora seja essencial celebrar e evocar a revolução, é muito mais determinante definirmos no futuro o que colectivamente queremos fazer com ela.

É da responsabilidade de todos participar de forma interessada, civicamente no sentido de cumprir abril, ninguém deve ficar de fora, todos temos não apenas o direito de escolher o rumo que consideramos certo, mas também a obrigação de participar ativamente nessa tomada de decisão, com as nossas ideias, as nossas vontades e anseios, é isto o exercício de cidadania na sua plenitude.

Termino esta intervenção como comecei, com uma frase inspiradora, de Francisco Sá Carneiro, que ilustra na perfeição o parágrafo anterior:

A pessoa humana define-se pela liberdade.

Ser homem é ser livre.

Coartar a liberdade é despersonalizar;

Suprimi-la desumaniza;

“A liberdade de pensar é a liberdade de ser, pois implica a liberdade de exprimir o pensamento e a de realizar na acção.”

Francisco Sá Carneiro

Viva o 25 de abril

Viva o concelho de Vila Velha de Ródão

Viva Portugal

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal

Senhor Vice-Presidente,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,

Minhas Senhoras e meus Senhores

Quando subitamente na madrugada do dia 25 de abril de 1974 a emissão de rádio foi interrompida para anunciar um golpe militar protagonizado por um grupo de jovens capitães, golpe que nesse mesmo dia viria a levar à queda do regime fascista de má memória, que durante décadas não só oprimiu o povo como mergulhou o país na pobreza e numa guerra que enlutava as famílias portuguesas, a alegria e a esperança foram sentimentos que cedo irromperam e dominaram todo o povo português. Esta data tem, pois, um significado muito especial para todos os democratas, e em particular para todos aqueles que, infelizmente, conviveram de perto com um regime opressor e que sentiram na pele não só as consequências das suas práticas ditatoriais, como viram os seus familiares serem recrutados para uma guerra num continente distante, provocando marcas que o tempo não apaga nunca.

Para eles, mais do que ninguém, falar de Abril é falar do fim de um regime opressivo e persecutório e do raiar de uma manhã em que a democracia e a liberdade deixaram de ser um sonho e passaram a ser uma realidade. É, acima de tudo, falar de uma data marcante da nossa história contemporânea que permitiu ao povo português desfrutar da plena cidadania, da paz e de uma prosperidade que só os regimes democráticos permitem alcançar. É ainda, e também, falar de gratidão para todos os que ousaram sonhar e acreditaram que seria possível pôr fim ao regime ditatorial.

Mas falar de Abril é falar também de inconformismo e ousadia, pois se os jovens capitães que protagonizaram a mudança não tivessem a coragem de acreditar que era possível pôr termo ao regime fascista, e se naquela madrugada de primavera não tivessem ousado dar o passo, saindo da sua zona de conforto e enfrentando com coragem e destemor as forças leais ao regime ditatorial, certamente que hoje a história não seria idêntica. À distância de 51 anos, muitas são as reflexões que já se fizeram sobre este momento único da nossa história, muitos foram os adjetivos que o qualificaram e incontáveis os discursos que o celebram, mas nunca serão demais as palavras de agradecimento aos heróis que o protagonizaram e que marcaram a nossa história recente com um dos momentos mais heroicos e transformadores que

vivemos. Também nunca será demais falar de Abril, até porque hoje, para alguns, infelizmente não passa de uma data evocativa de algo que não conhecem, ou de mais um feriado, esquecendo ou desvalorizando tudo o que esta data representa e tudo aquilo que proporciona a todos nós sem exceção.

Convém ainda não esquecermos que falar de Abril é também falar de conquistas que vão muito para além da liberdade e da democracia. Hoje falar de Abril é falar de um país que tem um sistema de educação público que permite o acesso a todos independentemente da sua condição económica, dispõe de um sistema de saúde público dos mais acessíveis e evoluídos da Europa, com uma rede de equipamentos sociais modernos e bem equipados que garantiu uma cobertura a todo o território nacional e com autarquias locais próximas dos cidadãos e com competências alargadas. Passados 51 anos do 25 de Abril de 1974, nem tudo são certamente motivos para nos regozijarmos, mas é bom não esquecer ou permitir que se branqueie o ponto de partida, nem tão pouco deixar que as conquistas alcançadas ao longo destes anos, e que foram muitas, sejam relativizadas.

No município, as últimas décadas têm-se pautado por um ciclo de desenvolvimento único, em que o investimento privado tem atingido valores verdadeiramente record, com a instalação de novas empresas e com investimentos volutuosos que visam aumentar a competitividade das empresas instaladas, garantindo e atraindo mais emprego, contribuindo assim decisivamente para mitigar as tendências demográficas que caracterizam, infelizmente, o interior do país. O ano de 2025 ficará ainda inscrito na história do nosso Conselho como o ano em que registra o maior investimento municipal de todo o período democrático. Estão já em execução a requalificação do Lagar de Varas, pelo valor de 383 mil euros, a requalificação do Agrupamento de Escolas, no valor de 2 milhões 143 mil euros, e estão em fase de adjudicação a requalificação da Rua da Estrada, por um valor de 2 milhões 872 mil euros, a requalificação da Creche Municipal, pelo valor de 921 mil euros, a construção do Centro Municipal Operacional, pelo valor de 2 milhões e 18 mil euros, e a construção de 26 fogos na Avenida da Serra, pelo valor de 3 milhões 976 mil euros.

Vamos ainda lançar a requalificação do Posto da GNR, encontrando-se esta obra orçada em 1 milhão e 416 mil euros. No total, entre obras em execução e adjudicadas em 2025, temos um valor de 13 milhões 721 mil euros, valor de investimento nunca atingido até hoje em 4 anos de mandato. Teríamos, em Vila Velha de Roda, a possibilidade de decidir e executar estes investimentos, não fosse o 25 de abril e as conquistas alcançadas com o pedido local? A resposta não oferecerá dúvidas a ninguém.

Mas não podemos deixar de refletir sobre os desafios que nos colocam como sociedade, e em particular, dar como dado adquirido, ou certezas

imutáveis, um conjunto de direitos que alcançámos ao longo destes 51 anos. E não podemos também esperar que outros resolvam por nós aquilo que nos cabe a nós resolver. Hoje, talvez mais do que nunca, um dos maiores desafios que enfrentamos é o da mobilização para a participação na causa pública.

O afastamento que se verifica da generalidade dos cidadãos conduz a um preocupante empobrecimento do espaço de decisão e ao crescimento de populismos com as consequências que bem conhecemos todos. A mobilização para a causa pública e a dignificação do seu exercício são, mais que nunca, desafios permanentes que se impõem a enfrentar, por forma a robustecer a democracia e garantir que os ideais de abril permanecerão vivos e que a nossa sociedade se pautará pelos princípios e valores conquistados na madrugada do dia 25 de abril de 1974. Encerramos este ano o primeiro quartel do século XXI, um século com o seu início marcado pelo entusiasmo e pela esperança de um mundo melhor, um mundo marcado pela tolerância, mais justo e mais fraterno, onde os valores do humanismo fossem prevaletentes.

Temos assistido a novas e desafiantes descobertas, progressos significativos no campo do conhecimento e da medicina da tecnologia. Em suma, vivemos um tempo em que o avanço da tecnologia superou a mais arrojada das imaginações. Seria, pois, expectável que, nesse mundo em que a inteligência do homem nos proporciona um infindável rol de tecnologias, a nossa vida fosse bem melhor e que todos pudessem dispor de uma qualidade de vida melhor, com dignidade e pautada pelos mais elementares dos valores humanos.

Infelizmente, não é assim. E se na área do conhecimento os progressos são incomensuráveis, no comportamento continuamos quase ao nível da Idade Média e a repetir erros que no século passado nos conduziram ao desastre e ao massacre de milhares de inocentes. A agressão da Ucrânia pela Rússia continua a dizimar, dia após dia, homens, mulheres e crianças inocentes.

O Estado de Israel continua a sua saga sanguinária, a perpetrar diariamente massacres sobre o povo palestino, indiferente a críticas e sobre o manto da impunidade intolerável. Os Estados Unidos da América, outra hora referencial dos valores da vida ocidental e aliado confiável, é hoje uma sombra desses valores, tendo-se transformado num Estado mercantilizado, refém de interesses particulares, onde o dólar é o único e o máximo valor. Organizações como as Nações Unidas, garante do diálogo entre povos e do estabelecimento de uma ordem mundial, pautada pelo respeito dos valores humanos, estão hoje reduzidas à insignificância, ironicamente assim condenadas, pelo país que acolhe a sede desta organização.

No continente africano, a população continua a sofrer diariamente com a escassez de alimentos e bens básicos. O acesso à medicação e aos serviços de saúde é apenas acessível a uma elite reduzida, mantendo-se um cenário de

pobreza que conduz a uma fuga massiva de população para o continente europeu, em que muitos, infelizmente, perdem a sua vida nas mãos de organizações criminosas. Neste cenário desolador e preocupante para quem se pauta por valores como a tolerância o respeito da dignidade humana e a aceitação da diferença, há que assinalar e valorizar a liderança europeia, que na pluralidade e diversidade de opiniões tem sabido agregar e mobilizar os seus países na defesa intransigente dos valores e princípios em que assenta a sua Constituição.

Lamentavelmente, esta semana, o mundo viu partir sua santidade o Papa Francisco, referencial de humildade e serenidade pelo seu exemplo de ação granjeou a simpatia e respeito de todos e que se destacou pelo seu papel em prol dos mais desfavorecidos e na defesa dos valores fundamentais, personalidade a que a história não deixará de dar o justo e merecido valor. Temos absoluta consciência que os tempos que vivemos nos colocam muitos desafios, que nem todos dependem de nós, talvez até muitos não dependam mesmo nada, mas isso não nos pode impedir de os comentar e deve mobilizar-nos para naqueles em que podemos indeferir, o fazemos. Abril é, pois, tempo de festa e reflexão, que neste tempo de reflexão que Abril nos proporciona, sejamos assertivos na valorização das conquistas alcançadas e participativos nas mudanças que entendemos necessárias para que Abril seja, hoje e sempre, a realidade e motivo de celebração.

Viva o 25 de Abril, viva o Concelho de Vila Velha de Ródão, viva Portugal.

O Presidente da Câmara Municipal, Luis Miguel Ferro Pereira

Moção de Louvor ao Município de Vila Velha de Ródão

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Presidente do Município e Excelentíssimo Vereadores,

É com grande honra e satisfação que me dirijo a esta Assembleia para prestar um merecido louvor ao Município de Vila Velha de Ródão, que recentemente foi distinguido com a Bandeira de Mérito Social pela ANGES – Associação Nacional de Gerontologia Social. Esta distinção, atribuída numa cerimónia realizada no dia 25 de março em Oliveira do Bairro, é um reconhecimento do trabalho exemplar que o município tem desenvolvido em prol do bem-estar social e do desenvolvimento comunitário.

A atribuição deste prestigiado galardão resulta da candidatura intitulada “Medidas de apoio à fixação de jovens e famílias”, que visa combater a desertificação do concelho através da conceção de apoios e incentivos à fixação de novos residentes nas áreas da habitação, educação e ação social. Entre as medidas implementadas, destacam-se:

- Apoios ao arrendamento e à construção, aquisição e recuperação de habitação própria;
- Oferta de cadernos de atividades, kits de material escolar, transporte escolar e refeições aos alunos do concelho;
- Prolongamento do horário no Jardim de Infância e oferta das Atividades Extracurriculares (AEC´s) no 1.º Ciclo e Jardim de Infância;
- Atribuição de Bolsas de Estudo para facilitar o acesso ao Ensino Superior.

Estas iniciativas demonstram o compromisso do Município de Vila Velha de Ródão em promover a qualidade de vida dos seus cidadãos, especialmente das famílias e da população mais vulnerável. A criação da Bandeira de Mérito Social em 2022, e a sua atribuição por proposta do Conselho Consultivo da ANGES, sublinha a importância de práticas que visem reduzir a vulnerabilidade, a pobreza e o estado de necessidade de indivíduos ou comunidades.

Assim a bancada do Partido Socialista propõe um louvor ao Município de Vila Velha de Ródão pelo seu empenho e dedicação em prol do desenvolvimento social e do bem-estar dos seus munícipes. Que este reconhecimento sirva de inspiração para que continuem a trilhar este caminho de excelência e solidariedade.

Muito obrigada

Alénora

Bernardo Dias

Vito
Santos

elfox

Paula

Inês Alves

Hyppolite

Quinto Marçal

Santos

Zé

[Handwritten signature]

Exmo. Senhor
Diretor Regional de Agricultura do Centro

Na reunião ordinária de 25 de abril de 2025, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão manifestou apreensão com a proliferação de culturas agrícolas intensivas no seu concelho tendo sido aprovado, por unanimidade, que fosse dado conhecimento desta preocupação à tutela, nomeadamente à DRAPCENTRO.

Sublinhe-se que, sempre que o presente órgão for confrontado com a instalação de novas áreas com culturas permanentes intensivas, sem respeito pelo meio ambiente, existirão sempre grandes reservas na sua aceitação, algo que queremos ser como representativo dos munícipes do concelho de Vila Velha de Ródão.

Somos um concelho que pugna pela promoção de uma agricultura moderna, competitiva e orientada para os mercados, que contribua para o crescimento económico, o emprego, capaz de assegurar uma alimentação segura e saudável, com uma utilização sustentável dos recursos naturais (solo, água, biodiversidade), que responda aos efeitos das alterações climáticas e que contribua para a coesão social e territorial.

Ora, para além dos conhecidos e comprovados malefícios das culturas intensivas/super-intensivas para a saúde humana e dos impactes ao nível ambiental, social e económico estes projetos agrícolas contrariam o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas - PIAAC-BB e as medidas definidas no documento “Caracterização dos riscos de desertificação e erosão dos solos no concelho de Vila Velha de Ródão” .

As práticas agrícolas sustentáveis são identificadas como uma prioridade de adaptação da Região da Beira Baixa às alterações climáticas no PIAAC e a “Caracterização dos riscos de desertificação e erosão dos solos no concelho de Vila Velha de Ródão” especifica as medidas de combate à desertificação e erosão dos solos a adotar no Concelho de Vila Velha de Ródão. “Adotar e promover boas práticas agrícolas e pastoris, designadamente as de conservação do solo e uso eficiente da água; fomentar modos de produção sustentável (e.g. agricultura biológica, produção integrada, pastoreio extensivo...)” e “criar mecanismos de incentivo à adoção de sistemas agrícolas sustentáveis” são

algumas dessas medidas que são incompatíveis com práticas agrícolas intensivas. Acresce que a sua instalação, devido à aplicação de produtos fitofarmacêuticos, impede a manutenção do modo de produção biológica nas proximidades. Ora, reduzir e/ou extinguir as áreas de agricultura biológica é exatamente o oposto do preconizado nestes planos.

Estas práticas traduzem-se, como se tem verificado, na degradação da fertilidade do solo, na escassez hídrica, na redução da biodiversidade, no aumento da emissão de gases com efeito de estufa, na contaminação das águas superficiais e dos aquíferos, entre outros graves problemas.

Assim, e face ao exposto, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, considera que:

- É fundamental garantir um desenvolvimento sustentável do seu território, devendo, por isso, ser evitado o uso de pesticidas e fertilizantes químicos de síntese, bem como o recurso a práticas agrícolas que contribuam para a perda de biodiversidade e a contaminação e degradação dos solos;
- Sendo conhecido o risco para a saúde humana associado ao uso de produtos fitofarmacêuticos em excesso, importa ter em atenção o cumprimento de distâncias mínimas de proteção para pessoas, animais e culturas;
- A qualidade de vida e a saúde são pilares das comunidades, como tal, é imprescindível que também os funcionários, quando expostos aos riscos que advêm destes modos de produção, tenham condições de trabalho dignas e que assegurem a sua segurança.

Em suma, a gestão dos recursos naturais a nível local deve ser feita de forma inteligente, integrada e com uma mudança de comportamentos que potenciem a adaptação às alterações climáticas e a transição para uma economia circular no nosso concelho.

A Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão